

Haddad resiste e diz que meta de déficit zero em 2024 não muda

# Haddad reforça déficit zero em 2024

— Diante de pressão de outros integrantes do governo, ministro da Fazenda afirma que proposta de Orçamento vai ser apresentada com ‘receitas primárias iguais às despesas’

BRASÍLIA

Apesar da pressão de integrantes do próprio governo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o projeto de Orçamento vai prever mesmo déficit primário zero para as contas públicas em 2024. O texto precisa ser apresentado até amanhã ao Congresso.

“Não tem novidades. A gente tem a sanção do marco fiscal, tem um Orçamento para mandar. Não tem nenhuma alteração de rota. O Orçamento está pronto há duas semanas. Não é uma coisa simples de fazer. Um Orçamento federal não é para mudar na véspe-

ra”, disse Haddad, depois de participar de reunião da chamada Junta de Execução Orçamentária (JEO).

Realizado no Palácio do Planalto, o encontro contou com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “O Orçamento está indo equilibrado, o que significa que as receitas primárias são iguais às despesas primárias”, acrescentou o ministro.

Segundo integrantes do governo que acompanham a discussão, os ministros Rui Costa (Casa Civil), Esther Dweck (Gestão) e Simone Tebet (Planejamento) apoiavam um número diferente do proposto por Haddad – de um déficit pri-

mário entre 0,5% e 0,75% do Produto Interno Bruto (PIB) para o governo central (que considera Tesouro, Previdência e Banco Central), alegando que ainda seria difícil alcançar a meta de déficit zero.

**Estimativa  
Mercado ainda prevê  
déficit fiscal de 0,75%  
do PIB para as contas  
públicas em 2024**

Essa também é a visão no mercado financeiro, que estima um resultado negativo de 0,75% do PIB para o ano que vem, segundo o Boletim Fo-

cus, uma compilação de projeções feita pelo BC.

Nas últimas semanas, a equipe econômica tem apresentado uma série de medidas para tentar aumentar a arrecadação e, assim, conseguir fechar as contas de 2024 sem déficit – movimento que, em grande parte, depende de aprovação do Congresso. A própria Fazenda já chegou a estimar a necessidade de uma receita extra de até R\$ 130 bilhões. Fazem parte desse pacote de medidas, por exemplo, a mudança na taxa dos chamados fundos exclusivos de investimento e dos fundos offshore (com recursos no exterior).

Ao **Estadão**, Tebet negou a

existência de divergências entre os ministros. Segundo ela, o projeto de Orçamento do ano que vem será enviado ao Congresso com a previsão de receitas e despesas considerando uma meta zero de déficit. A ministra do Planejamento reforçou que os limites de gastos dos ministérios já foram distribuídos com base nesse compromisso.

Em referência às propostas apresentadas nas últimas semanas, Tebet disse que as receitas extras projetadas já garantiriam o sucesso da meta.

● VERA ROSA, ADRIANA FERNANDES, AMANDA PUPO, EDUARDO RODRIGUES e FERNANDA TRISOTTO/BRASÍLIA

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia e Negócios **Caderno:** B **Página:** 1